ISSN 000-0000

BOLETIM DE CONJUNTURA

MERCADO DE TRABALHO

2º TRIMESTRE DE 2017

publicações SEI

SEI
SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO
BAHIA
GOVERNO DO ESTADO

Governo do Estado da Bahia
Rui Costa

Secretaria do Planejamento – Seplan
João Leão

Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI
Eliana Boaventura

Diretoria de Pesquisas – Dipeq
Armando Affonso de Castro Neto

Coordenação Editorial
Armando Affonso de Castro Neto
Luiz Fernando Araújo Lobo

Elaboração Técnica
Armando Affonso de Castro Neto
Ana Maria de Sales Guerreiro
Luana Gabriela da Silva Rodrigues
Luiz Chateaubriand Cavalcanti dos Santos
Luiz Fernando Araújo Lobo
Guillermo Javier Pedreira Etkin

Coordenação de Biblioteca e Documentação – Cobi
Normalização
Eliana Marta Gomes Silva Sousa

Coordenação de Disseminação de Informações – Codin
Augusto Cezar Pereira Orrico

Coordenação de Produção Editorial
Editoria-geral
Elisabete Cristina Teixeira Barretto

Editoria de Arte e de Estilo
Ludmila Nagamatsu

Editoração
Adir Filho

Projeto Gráfico
Nando Cordeiro

Av. Luiz Viana Filho, 4ª Av., 435, CAB.
Cep: 41.745-002. Salvador(BA)
Tel.: (71) 3115 4822 / 3115 4786 Fax.: (71) 3116 1781
www.sei.ba.gov.br
sei@sei.ba.gov.br

SUMÁRIO

2º TRIMESTRE DE 2017 **1**

CENÁRIO ECONÔMICO **1**

EMPREGOS FORMAIS **2**

MERCADO DE TRABALHO NA BAHIA SEGUNDO A PNAD CONTÍNUA **7**

MERCADO DE TRABALHO NA RMS SEGUNDO A PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO **9**

PERSPECTIVAS PARA O MERCADO DE TRABALHO **11**
Expectativa dos empresários baianos para o emprego **11**
Projeção do emprego formal **13**

APÊNDICE **14**

NOTAS METODOLÓGICAS **19**
Pesquisa de confiança do empresariado baiano **19**
Projeções do mercado de trabalho formal **20**

2º TRIMESTRE DE 2017

Sustentar a ideia de retomada da economia sem considerar a conturbada cena política parece arriscado ao analista isento. Mesmo que a crise já não se apresente tão voraz como no passado recente, ainda é necessário todo cuidado na interpretação de seus desdobramentos. Além do mais, distante de qualquer estabilidade e normalidade política, fatos novos podem ser um estorvo para a recuperação econômica do país.

Uma retomada econômica sustentável no país não parece factível antes do médio prazo, já que seu itinerário é intrinsecamente lento, gradual, instável e atrelado à estabilização das esferas política e social. A economia baiana segue, também, rumos semelhantes aos do Brasil, ainda que defasados. Em território baiano, por exemplo, alguns indicadores continuaram retraídos, diferentemente do revelado em âmbito nacional.

No mercado de trabalho, o processo de ajuste tem uma dinâmica própria, com movimentos retardados perante os ciclos econômicos. Na Bahia, a queda contínua no estoque de emprego formal foi finalmente interrompida. Em recortes trimestrais, após dez intervalos consecutivos de recuo, o segundo trimestre deste ano exibiu ganho líquido de empregos com carteira assinada. No entanto, falar em término da retração somente será possível com a continuidade de resultados positivos.

Segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), a Pesquisa de Emprego e Desemprego da Região Metropolitana de Salvador (PEDRMS) e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC), que subsidiaram este Boletim na análise do mercado de trabalho baiano, a realidade se alterou um pouco no segundo trimestre deste ano, com suave recomposição de alguns dos seus indicadores.

Alguns fatores evidenciam a lentidão dos avanços. Se por um lado, o saldo positivo de empregos celetistas neste trimestre foi o primeiro nos últimos tempos, por outro a taxa trimestral de desocupação no estado ainda representa a segunda mais elevada desde 2012, podendo se manter em patamar elevado por mais alguns trimestres. Na Região Metropolitana de Salvador, a propósito, as taxas trimestrais de desemprego deste ano se encontram acima das suas correspondentes do ano passado. Ademais, enquanto as projeções apontaram para um novo surgimento líquido de postos de trabalho no terceiro trimestre de 2017, o pessimismo no meio empresarial baiano, mesmo com a relativa melhora dos indicadores que medem os níveis de confiança, permanece em patamares moderados – o que permite desconfiar da dissolução do quadro geral de dificuldades e de qualquer reabilitação econômica no estado no curto prazo.

CENÁRIO ECONÔMICO

Embora a economia da Bahia apresente sinais de que o quadro conjuntural adverso possa estar a caminho do seu fim, com alguns resultados favoráveis incipientes no segundo trimestre, sustentar uma retomada no curto prazo parece precipitado. Os importantes setores de Indústria, Serviços e Comércio, por exemplo, continuaram em trajetória de queda. O alento, por enquanto, ficou a cargo do setor agropecuário, cujo crescimento esperado para a safra de grãos deste ano deverá ter papel fundamental em sua recuperação.

Com efeito, conforme o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola, relativo ao mês de junho, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a estimativa para a safra baiana de grãos de 2017 denota expansão de 45,1% em relação ao volume do ano anterior, quando a produção havia totalizado quase 6,0 milhões de toneladas. A produção física de grãos, assim, fechará o ano com aproximadamente 8,6 milhões de toneladas. Dessa forma, diante da expectativa de elevação de 8,3% da área colhida, a produtividade, entendida como a relação entre produção física e área colhida, deverá aumentar em 34,0%.

Em relação à indústria, segundo informações da Pesquisa Industrial Mensal do IBGE, a produção total baiana, de abril a junho de 2017, declinou em 6,5% frente ao registrado no mesmo intervalo de 2016 – encadeando a 15ª ocorrência de decrescimento nesta base de comparação, com o último registro positivo tendo ocorrido no trimestre terminado em março do ano passado (3,6%). O recuo no ritmo produtivo do setor ocorreu tanto na indústria de transformação, que caiu 6,7%, quanto na extrativa, com queda de 3,0%. No ano, a variação continuou sendo negativa para o total da indústria, queda de 7,4%.

O setor de Serviços teve redução no volume de serviços prestados acumulado entre abril e junho de 2017, em relação ao valor observado nos mesmos meses de 2016. Conforme resultados revelados pela Pesquisa Mensal de Serviços do IBGE, a contração foi de 7,8% – 25º recuo sucessivo na comparação interanual por trimestre móvel. A taxa acumulada no ano continuou exibindo variação negativa, uma contração de 6,0%.

Relativamente à atividade comercial, a Pesquisa Mensal de Comércio do IBGE mostrou uma pequena variação negativa no volume de vendas do varejo no segundo trimestre de 2017 no confronto interanual, queda de 0,3%. A comparação com o mesmo período de um ano antes apontou retração pela 29ª vez seguida. No acumulado para o período de janeiro a junho, frente a igual período do ano anterior, o indicador continua apontando variação negativa, um recuo de 2,6%.

Por fim, ainda pairam dúvidas na percepção empresarial sobre o desempenho da economia no período vindouro. Se por um lado os níveis de pessimismo já não se mostram tão elevados quanto os de outrora, por outro a guinada rumo ao otimismo parece não ter se consolidado. Segundo o Indicador de Confiança do Empresariado Baiano (ICEB), calculado pela SEI, o movimento de redução do pessimismo no meio empresarial do estado, observado a partir de abril de 2016, quando o ICEB marcou -488 pontos, não se perpetuou no segundo trimestre deste ano. Os últimos resultados puseram em suspeição o resgate da confiança num curto espaço de tempo, com o pessimismo se mantendo em patamar moderado (abril: -151 pontos; maio: -135 pontos; e junho: -172 pontos).

EMPREGOS FORMAIS

Sob a ótica das médias móveis de 12 meses do saldo de empregos formais, desde março de 2015 não há geração líquida de oportunidades ocupacionais na Bahia[1]. O que se vê, portanto, é

1 Ao longo do texto, o termo emprego formal se refere à relação empregatícia com contrato de trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

um mercado de trabalho que ainda requer maior dinamismo para superar o ciclo de contração que já perdura por 28 meses no estado. Mesmo que resultados recentes sugiram que o pior tenha ficado para trás – como, por exemplo, o saldo médio de 7.384 postos eliminados em junho de 2016, pior resultado do intervalo analisado (Gráfico 1) –, o resgate dos tempos áureos parece não integrar o radar de curto prazo.

O acompanhamento dos dados de fluxos do Caged dos últimos dois anos, em termos de médias móveis de 12 meses, permite constatar que o mercado de trabalho baiano exibiu, desde julho do ano passado, arrefecimento no ritmo do corte líquido de vínculos tutelados pela legislação trabalhista, com dimensões bem mais vultosas nos últimos três meses. O segundo trimestre deste ano, dessa maneira, atingiu em junho, com a supressão média de 2.857 postos, a menor perda dos últimos 24 meses, explicitando o alcance do enfraquecimento acentuado na perda de empregos no referido período.

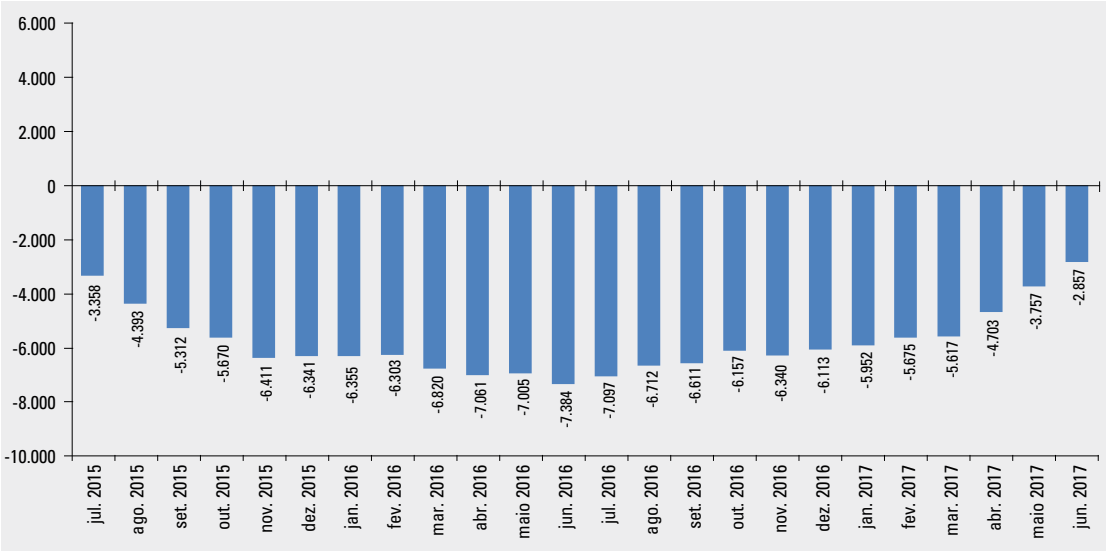


Gráfico 1
Evolução do saldo de empregos formais por média móvel de doze meses – Bahia – Jul. 2015-jun. 2017

Fonte: Ministério do Trabalho (MTb) – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged).
Nota: Dados sistematizados pela SEI/Dipeq/Copes, 2017.

Porém, alguns sinais de esperança despontam no horizonte. O segundo trimestre deste ano foi o primeiro em que houve aumento da ocupação desde o penúltimo trimestre de 2014, interrompendo o padrão recessivo observado há dez trimestres na Bahia. Dentre os meses do referido trimestre, apenas o de junho exibiu resultado negativo, com eliminação de 1.290 postos. Os meses de abril e maio, por seu turno, apresentaram geração líquida de 7.763 e 5.306 postos de trabalho, respectivamente.

Além do mais, o ganho líquido do trimestre de agora, geração de 11.779 postos, suplantou a perda líquida reunida nos três meses iniciais do ano, quando 5.633 postos foram eliminados – propiciando um saldo líquido positivo para o acumulado do ano. Assim, juntos, com 6.146 postos de trabalho criados, os seis meses iniciais do ano apontaram uma elevação de 0,36% no contingente de 1.691.881 empregos com carteira assinada existente ao final de 2016. Mantido esse desempenho, a Bahia voltará a celebrar o aumento do nível de emprego ao final de 2017.

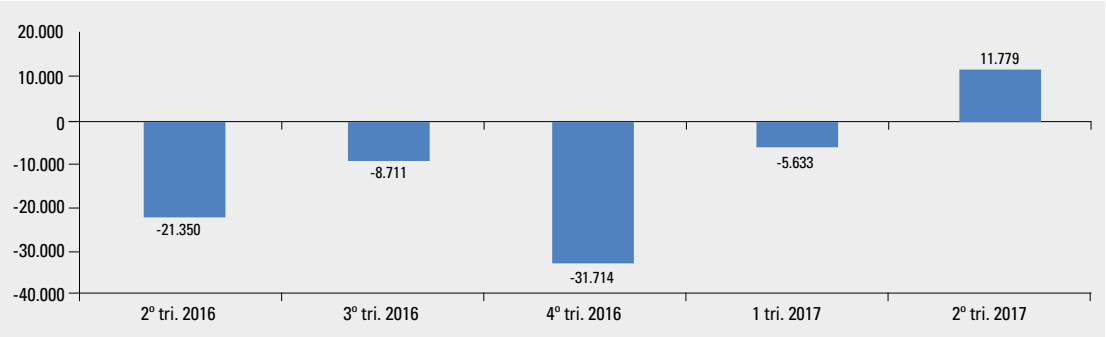


Gráfico 2
Evolução do saldo de empregos formais por trimestre – Bahia – 2º tri. 2016-2º tri. 2017

Fonte: Ministério do Trabalho (MTb) – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged).
Notas: Dados sistematizados pela SEI/Dipeq/Copes, 2017.
Excetuando o saldo do último mês, os demais contam com o ajuste das declarações fora do prazo.

A expansão do mercado de trabalho formal baiano no segundo trimestre de 2017 atingiu cinco dos oito setores da atividade econômica, dois setores a mais que o registrado há um ano e um a mais que no trimestre imediatamente anterior. Mesmo com declínio do nível de ocupação em três dos setores no trimestre, todos exibiram, agora, um desempenho melhor comparativamente ao de um ano antes.

Em uma avaliação setorial, Agropecuária e Serviços, com geração líquida de 6.814 e 3.307 postos de trabalho no segundo trimestre de 2017, respectivamente, destacaram-se com os desempenhos mais proeminentes. Em contrapartida, conforme a Tabela 1, os setores de Construção Civil (-937 postos) e Comércio (-533 postos) foram os de maior dispensa líquida de trabalhadores no trimestre.

Tabela 1
Comportamento do mercado de trabalho formal por setor de atividade econômica em termos de saldo, por trimestre – Bahia – 2º tri. 2016/1º tri. 2017/2º tri. 2017

Setor de atividade econômica	2º tri. 2016	1º tri. 2017	2º tri. 2017
Extrativa Mineral	-600	-121	-110
Indústria de Transformação	767	1.108	2.222
Serviços Industriais de Utilidade Pública	-194	1.434	180
Construção Civil	-9.063	-3.625	-937
Comércio	-5.702	-4.753	-533
Serviços	-12.847	-3.090	3.307
Administração Pública	332	2.110	836
Agropecuária, Ext. Vegetal, Caça e Pesca	5.957	1.304	6.814
Total	**-21.350**	**-5.633**	**11.779**

Fonte: Ministério do Trabalho (MTb) – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged).
Notas: Dados sistematizados pela SEI/Dipeq/Copes, 2017.
Excetuando o saldo do último mês, os demais dados contam com o ajuste das declarações realizadas fora do prazo.

O saldo de empregos com carteira assinada também foi positivo para o país no segundo trimestre de 2017, com 119.450 postos a mais. No entanto, nem todas as regiões geraram postos de trabalho no referido intervalo. O Sul, com corte líquido de 18.091 vagas formais, foi a única região que eliminou postos, enquanto o Sudeste, com 100.041 novos postos, a que mais gerou. Das unidades da Federação, em 17 houve surgimento líquido de postos. No *ranking* nacional, do maior ao menor saldo, a Bahia, com acréscimo de 11.779 oportunidades ocupacionais,

ficou na 4ª posição no trimestre, quatorze acima da verificada no trimestre anterior. Entre os estados nordestinos, cinco obtiveram saldo positivo. A Bahia (+11.779 postos) apresentou o melhor resultado da região, enquanto Alagoas (-4.410 postos) exibiu o maior montante líquido de postos desativados.

Quanto à distribuição intraestadual, no segundo trimestre deste ano, replicando o ocorrido um ano antes e nos três primeiros meses de 2017, a Região Metropolitana de Salvador (RMS) exibiu corte líquido de vagas e o interior, surgimento de postos (Tabela 2). Enquanto na RMS foram eliminados 988 empregos com registro em carteira, no interior houve uma geração de 12.767 postos no trimestre mais atual – números melhores que os do mesmo intervalo do ano passado e do trimestre imediatamente antecedente.

Ao longo de 2017, a geração de empregos formais no interior mais que compensou a perda constatada na RMS, realçando o protagonismo daquela região na geração líquida de vagas no estado e denunciando, ao mesmo tempo, a área metropolitana como óbice a um dinamismo mais contundente do mercado de trabalho formal em território baiano neste ano.

Tabela 2
Comportamento do mercado de trabalho celetista baiano entre RMS e interior, em termos de saldo, por trimestre – 2º tri. 2016/1º tri. 2017/2º tri. 2017

Área geográfica	2º tri. 2016	1º tri. 2017	2º tri. 2017
Bahia	-21.350	-5.633	11.779
RMS	-24.461	-9.020	-988
Interior	3.111	3.387	12.767

Fonte: Ministério do Trabalho (MTb) – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged).
Notas: Dados sistematizados pela SEI/Dipeq/Copes, 2017.
A RMS engloba os municípios de Camaçari, Candeias, Dias D' Ávila, Itaparica, Lauro de Freitas, Madre de Deus, Mata de São João, Pojuca, Salvador, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé, Simões Filho e Vera Cruz (Lei nº 13.468/2015).

O saldo positivo de 11.779 empregos formais na Bahia, observado no segundo trimestre, foi proveniente de 147.611 admissões e 135.832 desligamentos. Do primeiro ao segundo trimestre, as admissões avançaram 1,4% (2.073 admitidos a mais) e os desligamentos recuaram 10,1% (15.339 desligados a menos). A queda dos desligamentos em dimensão muito maior que o aumento das contratações ajuda a elucidar o surgimento do resultado positivo no trimestre mais recente. Dessa forma, a pequena reposição dos quadros, representada pelo diminuto número de admissões, associada a um estoque em níveis historicamente baixos, que engessa os desligamentos involuntários e inibe os voluntários, torna a dificuldade em se alocar e realocar maior que a de se manter em uma vaga.

Conforme a Tabela 3, no campo das admissões, o reemprego[2], tipo de contratação mais comum no mercado de trabalho formal baiano, reduziu 3,6% na comparação com o trimestre antecedente. Quanto aos desligamentos, a demissão sem justa causa, forma mais habitual de findar uma relação empregatícia, apresentou decrescimento de 15,2%. Além disso, em termos relativos, os términos de contrato por prazo determinado se destacaram pela elevação em 65,5% e as admissões via contrato de trabalho por prazo determinado, pela ampliação em 58,6%.

2 Reempregado é aquele que já havia exercido ocupação formal no mercado de trabalho anteriormente.

Tabela 3
Comportamento do mercado de trabalho formal por tipo de movimentação no quadro de empregados, por trimestre – Bahia – 1º tri. 2017/2º tri. 2017

Tipo mov. desagregado	1º tri. 2017	2º tri. 2017	Variação
Admissão por Reemprego	118.641	114.379	-3,6%
Contrato Trabalho Prazo Determinado	12.377	19.625	58,6%
Admissão por Primeiro Emprego	14.388	13.473	-6,4%
Admissão por Reintegração	132	134	1,5%
Admissão por Transferência	0	0	-
Total de Admissões	**145.538**	**147.611**	**1,4%**
Desligamento por Transferência	0	0	-
Desligamento por Aposentadoria	179	145	-19,0%
Desligamento por Morte	516	480	-7,0%
Desligamento por Demissão com Justa Causa	1.258	1.222	-2,9%
Término Contrato Trabalho Prazo Determinado	3.186	5.273	65,5%
Desligamento a Pedido	17.471	15.931	-8,8%
Desligamento por Término de Contrato	18.601	19.494	4,8%
Desligamento por Demissão sem Justa Causa	109.960	93.287	-15,2%
Total de Desligamentos	**151.171**	**135.832**	**-10,1%**
Saldo (Admissões - Desligamentos)	**-5.633**	**11.779**	**-**

Fonte: Ministério do Trabalho (MTb) – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged).
Notas: Dados sistematizados pela SEI/Dipeq/Copes, 2017.
Excetuando o saldo do último mês, os demais dados contam com o ajuste das declarações realizadas fora do prazo.

No acumulado de abril a junho, a captação líquida de trabalhadores ocorreu apenas para os postos que pagavam menos (Gráfico 3). Tal qual cada trimestre desde 2016, o fechamento líquido de postos de trabalho foi realidade para quase todos os níveis de remuneração no segundo trimestre deste ano, excetuando-se o dos que receberam até um salário mínimo. O maior corte líquido de vínculos no trimestre continuou ocorrendo na faixa delimitada por dois e cinco salários mínimos. Perante a incerteza futura, num cenário de retomada econômica não consolidada, a tática em priorizar oportunidades com as mais baixas remunerações, adotada pelas empresas como forma de evitar o avanço desmedido dos custos, parece ter sido aplicada no segundo trimestre.

Do primeiro ao segundo trimestre deste ano, houve melhora em quase todas as camadas. Ao passo que o grupo dos que receberam menos tiveram sua absorção expandida, os demais estratos se depararam com uma atenuação na perda líquida de postos – excetuando-se aquele com remunerações entre cinco e dez salários mínimos. Nesse contexto, a categoria dos que receberam até um salário mínimo foi a que mais avançou em termos de saldo.

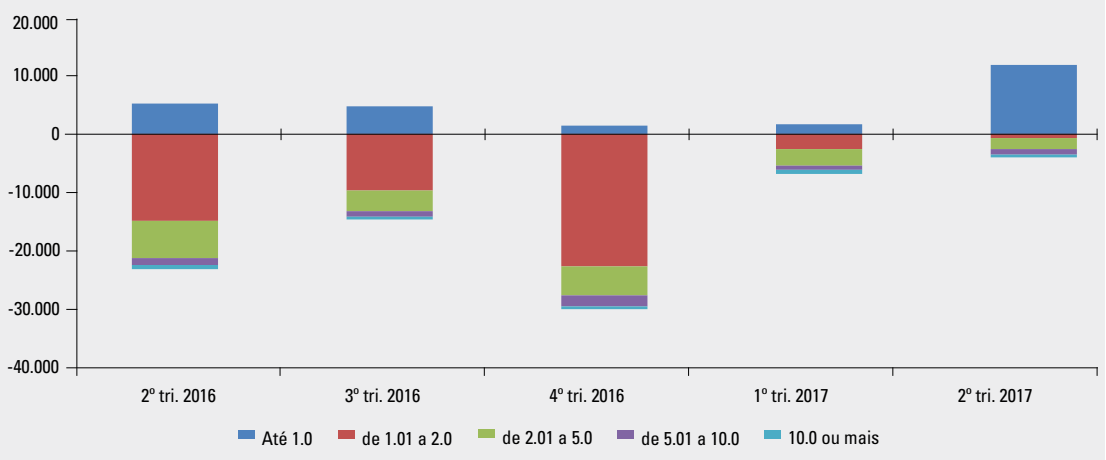


Gráfico 3
Evolução trimestral do saldo de empregos formais por faixa de salário mínimo – Bahia – 2° tri. 2016-2° tri. 2017

Fonte: Ministério do Trabalho (MTb).
Notas: Dados sistematizados pela SEI/Dipeq/Copes, 2017.
As informações trabalhadas não contemplam as declarações fora do prazo.

O salário real médio de admissão, na Bahia, chegou a R$ 1.274 no segundo trimestre de 2017 – inferior em R$ 190 em relação ao do país, que foi de R$ 1.464. Trata-se do menor valor desde o segundo trimestre de 2016 (R$ 1.214). Em relação ao primeiro trimestre do ano, quando alcançou R$ 1.293, houve recuo de 1,5%. Na comparação interanual, por outro lado, ocorreu ampliação, já que, à época, o valor havia sido de R$ 1.214 – alta, portanto, de 4,9%. A evolução trimestral deste importante indicador pode ser acompanhada pelo Gráfico 4.

No segundo trimestre deste ano, a remuneração média dos trabalhadores admitidos interrompeu três altas sucessivas. Por sua vez, o salário real médio de desligamento, após queda no trimestre passado, aumentou – mantendo-se, assim, acima do de um ano antes. A diferença entre o salário real médio dos desligados e admitidos, no segundo trimestre, aumentou comparativamente à do trimestre anterior e caiu em relação à do mesmo trimestre de 2016. Enquanto no intervalo mais atual, o trabalhador admitido recebeu, em média, 89,2% do recebido pelo trabalhador desligado, no trimestre precedente e no segundo de 2016, esses percentuais foram de 91,0% e 87,2%, respectivamente – denotando, ao menos quanto ao primeiro trimestre, queda do preço de rotatividade da mão de obra na Bahia.

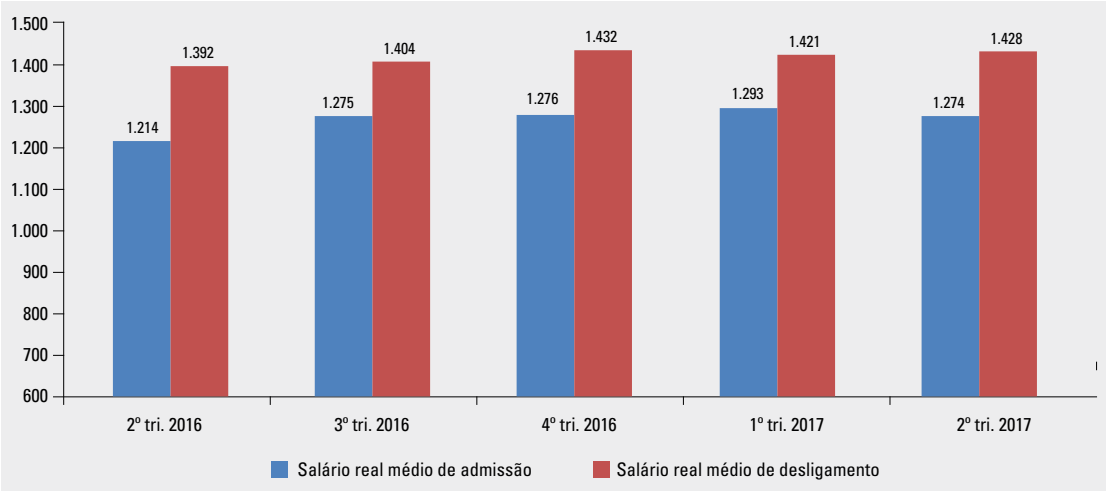


Gráfico 4
Salário real médio de admissão e de desligamento por trimestre – Bahia – 2º tri. 2016-2º tri. 2017

Fonte: Ministério do Trabalho (MTb).
Notas: Dados sistematizados pela SEI/Dipeq/Copes, 2017.
Dados deflacionados em relação a março de 2017 pelo IPCA.

MERCADO DE TRABALHO NA BAHIA SEGUNDO A PNAD CONTÍNUA

Conforme dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) para a Bahia, sintetizados na Tabela 4, o ano de 2017 começou registrando as duas maiores taxas trimestrais de desocupação desde o início da pesquisa, em 2012 – o mesmo ocorrendo com o Brasil. O alento ficou por conta do fato da taxa de desocupação do segundo trimestre no estado ter sido inferior a do primeiro trimestre, 17,5% contra 18,6% nessa ordem – um declínio de 1,1 ponto percentual entre um trimestre e o outro. Por outro lado, em relação ao mesmo período do ano anterior, quando o indicador foi estimado em 15,4%, houve crescimento, com a taxa do trimestre mais recente ficando 2,1 pontos percentuais acima.

A Bahia persistiu com taxas de desocupação superiores às do Brasil e do Nordeste no segundo trimestre de 2017, que ficaram em 13,0% e 15,8%, respectivamente. A Região Nordeste, por sinal, revelou a mais alta taxa entre as regiões brasileiras, ficando a Região Sul com a menor, 8,4%. Entre as unidades da Federação, a Bahia foi o estado com a terceira mais elevada – deixando para trás a primeira colocação do trimestre anterior. Enquanto isso, Pernambuco (18,8%) foi o estado com o maior dos indicadores de desocupação no trimestre em análise e Santa Catarina (7,5%), aquele com o menor.

No trimestre analisado, a população ocupada foi estimada em 6,0 milhões, representando queda de 3,4% (-213 mil pessoas) em referência ao montante existente no mesmo período do ano anterior e elevação de 1,6% (+92 mil) quando confrontada com a do trimestre imediatamente antecedente. A população desocupada foi estimada em 1,271 milhão de indivíduos – redução de 5,6% frente à do primeiro trimestre e aumento de 12,5% em relação à do mesmo trimestre de um ano antes. Em relação ao registrado um ano antes, o montante de 141 mil pessoas a mais no contingente sem ocupação se deveu, de forma aproximada, à redução de 213 mil postos de trabalho agregada aos 71 mil indivíduos que saíram da força de trabalho no período.

Considerando os grupamentos de atividade econômica, após um ano, o nível de emprego se reduziu enormemente nos setores de *Construção* (-19,1%); *Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura* (-11,5%); e *Serviços domésticos* (-9,6%) e, relativamente menos, nos de *Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas* (-4,3%); *Administração pública, defesa, seguridade, educação, saúde humana e serviços sociais* (-1,6%); e *Transporte, armazenagem e correio* (-1,4%). Em compensação, a ocupação cresceu nos setores de *Alojamento e alimentação* (+17,8%); *Outros serviços* (+11,2%); *Indústria geral* (+7,5%); e *Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas* (+0,9%).

Com base na PNADC, o rendimento médio real, habitualmente recebido pelas pessoas ocupadas, no segundo trimestre de 2017, na Bahia, foi estimado em R$ 1.439 – quarto maior registro da série. Em relação ao segundo trimestre de 2016, quando o rendimento médio real estava em R$ 1.331, houve avanço de 8,1%, e num comparativo com o valor do trimestre anterior, cujo valor estava em R$ 1.437, o aumento foi de 0,1%. A massa de rendimento médio real de todos os trabalhos, habitualmente recebido por mês, pelas pessoas ocupadas, foi estimada em R$ 8,347 bilhões – aumento de 1,8% frente à do trimestre imediatamente anterior, quando registrou R$ 8,199 bilhões e de 5,0% num comparativo com a do mesmo trimestre do ano anterior, cujo valor havia sido de R$ 7,951 bilhões.

Tabela 4
Síntese das principais informações da PNAD Contínua – Bahia – 2º tri. 2016/1º tri. 2017/2º tri. 2017

Indicador	Período			Variação	
	2º tri. 2016	1º tri. 2017	2º tri. 2017	2º tri. 2017/ 2º tri. 2016	2º tri. 2017/ 1º tri. 2017
Taxa de desocupação	15,4%	18,6%	17,5%	2,1 p.p	-1,1 p.p
Nível da ocupação	51,5%	48,0%	48,9%	-2,6 p.p.	0,9 p.p.
População ocupada	6.213 mil	5.908 mil	6.000 mil	-3,4%	1,6%
População desocupada	1.129 mil	1.346 mil	1.271 mil	12,5%	-5,6%
Rendimento médio real habitual	R$ 1.331	R$ 1.437	R$ 1.439	8,1%	0,1%
Massa de rendimento (em milhões de reais)	R$ 7.951	R$ 8.199	R$ 8.347	5,0%	1,8%

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) – IBGE.
Nota: Dados sistematizados pela SEI/Dipeq/Copes, 2017.

MERCADO DE TRABALHO NA RMS SEGUNDO A PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO

No segundo trimestre de 2017, a taxa de desemprego total da Região Metropolitana de Salvador foi calculada em 24,9% pela Pesquisa de Emprego e Desemprego, percentual mais elevado entre os registrados nos segundos trimestres desde 2005. Com isso, registra-se crescimento de 4,2% em relação ao resultado do primeiro trimestre (23,9%) e relativa estabilidade face ao valor do ano anterior (24,8%). O número de pessoas desempregadas persiste muito alto e é crescente. Embora a ocupação tenha aumentado em relação ao mesmo trimestre de 2016, houve perda de 20 mil posições de trabalho em relação ao primeiro trimestre, apesar da relativa estabilidade da População Economicamente Ativa (PEA) no período (Tabela 1A, em apêndice).

O desemprego atinge cerca de um quarto da força de trabalho da RMS desde o segundo trimestre de 2016 (Gráfico 5). O número de desempregados no segundo trimestre foi de 481 mil pessoas, 19 mil a mais que o contingente do primeiro trimestre e 16 mil face ao quantitativo do mesmo trimestre de 2016. A evolução da taxa de desemprego em relação ao primeiro trimestre advém, principalmente, da redução da ocupação em 20 mil postos de trabalho (-1,4%) já que a PEA ficou relativamente estável (menos mil pessoas ou -0,1%). O comportamento da taxa em relação ao mesmo trimestre de 2016 se deveu ao aumento da PEA, que teve acréscimo de 58 mil trabalhadores, superior ao da ocupação, que aumentou em 42 mil postos (3,0%). Com isso, o número de desempregados cresceu 3,4%.

A evolução da taxa de desemprego entre o primeiro e o segundo trimestre do ano resulta dos crescimentos da taxa de desemprego aberto (de 16,5% para 17,3% de um trimestre ao outro) e do desemprego oculto (de 7,5% para 7,6%, respectivamente). A relativa estabilidade da taxa trimestral na comparação anual advém do comportamento do desemprego oculto, que evoluiu de 7,0%, em 2016, para 7,6% em 2017, enquanto o desemprego aberto reduziu de 17,8% para 17,3% nesse intervalo. Esse resultado mostra que um número crescente de trabalhadores está sendo obrigado a se submeter às difíceis condições do trabalho precário ou sendo atingido pelo desalento durante a penosa busca por ocupação (Tabela 2A, em apêndice).

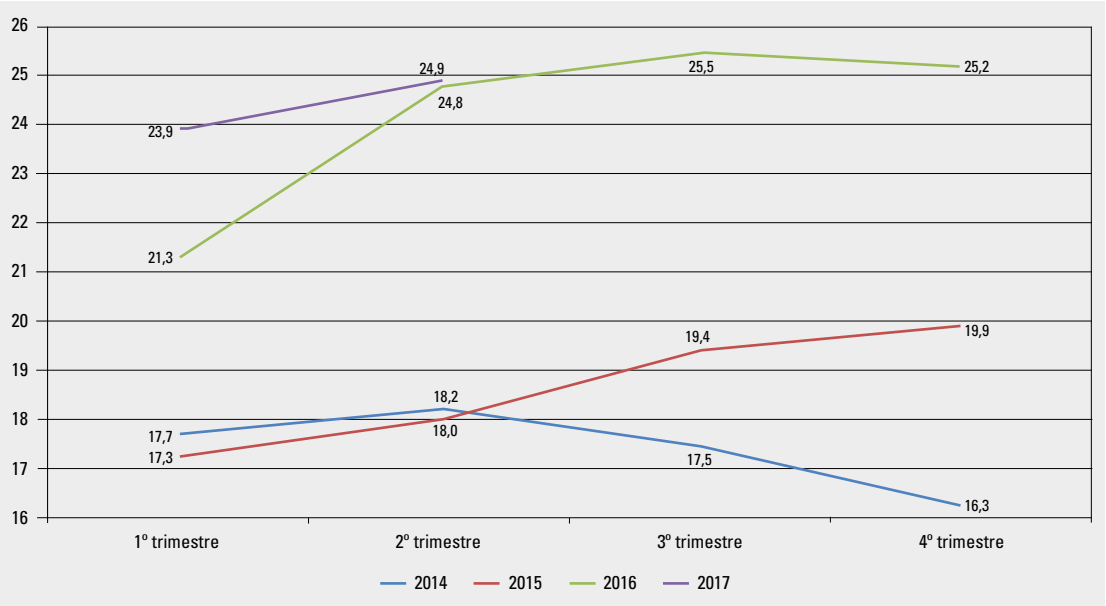


Gráfico 5
Taxa trimestral de desemprego total – RMS – 2014-2017

Fonte: PEDRMS – Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTb/FAT.

O nível de ocupação da RMS decresceu 1,4% entre o primeiro e o segundo trimestre de 2017 com o desaparecimento de 20 mil postos de trabalho. O número de trabalhadores diminuiu no *Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas* (menos 22 mil ou -7,6%) e na *Indústria de transformação* (menos 10 mil ou -9,2%); houve estabilidade na quantidade de trabalhadores nos *Serviços* e crescimento de postos na *Construção* (mais 11 mil ou 11,1%) (Tabela 3A, em apêndice).

Em relação ao segundo trimestre de 2016, houve crescimento da ocupação, com o surgimento de 42 mil posições de trabalho (3,0%). Houve crescimento da ocupação nos *Serviços* (53 mil trabalhadores a mais ou 5,9%) e na *Construção* (mais três mil ou 2,8%), número mais que suficiente para compensar as perdas ocorridas no *Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas* (menos 10 mil ou -3,6%) e na *Indústria de transformação* (menos cinco mil ou -4,8%).

Quanto ao vínculo ou relação de trabalho, a diminuição da ocupação entre o primeiro e o segundo trimestre de 2017 deveu-se à redução do trabalho *Assalariado* (-2,3% ou menos 22 mil postos), já que tanto o trabalho *Autônomo* quanto o *Emprego doméstico* cresceram 6,3% (ou menos

18 mil ocupados) e 1,7% (ou mais dois mil), respectivamente. Entre os *Assalariados*, houve crescimento no trabalho assalariado no setor público (1,6% ou dois mil empregos a mais) e redução no setor privado (-3,1% ou menos 26 mil). No setor privado, a redução do emprego foi maior nas posições sem carteira assinada (-14,2% ou 15 mil trabalhadores a menos) que entre os com carteira assinada (-1,5% ou menos 11 mil) (Tabela 4A, em apêndice).

Nos últimos 12 meses, houve redução no trabalhado *Assalariado* (menos seis mil empregos ou -0,6%) e crescimento do trabalho *Autônomo* (mais 50 mil ou 19,6%) e estabilidade no *Emprego doméstico.* Entre os assalariados, foram eliminadas oito mil posições de trabalho no setor privado (-1,0%) e acrescentadas um mil no setor público (0,8%). No setor privado, as perdas se deram nas posições desprotegidas pela seguridade social (oito mil postos a menos ou -8,1%) já que nas posições com carteira assinada houve estabilidade.

O rendimento médio real dos ocupados e dos assalariados da RMS cresceu 2,2% e 4,1%, respectivamente, entre o primeiro trimestre de 2017 e o mês de maio, passando a valer R$ 1.349 para os ocupados e R$ 1.449 para os assalariados. Nesse período, a massa de rendimentos dos ocupados cresceu 1,6%, principalmente em função do aumento dos rendimentos, já que o nível de ocupação reduziu (-0,6%). A massa de rendimentos dos assalariados aumentou 3,5%, também devido ao comportamento dos salários, com o nível do emprego diminuindo 0,5% (Tabela 5A, em apêndice).

Entre o mês de maio 2017 e o segundo trimestre de 2016, o rendimento médio real cresceu tanto para ocupados (10,5%) quanto para os assalariados (9,8%). Houve crescimento da massa de rendimentos tanto dos ocupados (14,7%) quanto dos assalariados (11,1%). Em ambos os casos, o comportamento da massa de rendimentos deveu-se mais à variação do rendimento médio, já que a evolução do nível ocupacional foi bem mais modesta.

PERSPECTIVAS PARA O MERCADO DE TRABALHO

Expectativa dos empresários baianos para o emprego

A Pesquisa de Confiança do Empresariado Baiano sonda as expectativas empresariais sobre diversos temas, dentre os quais o ânimo quanto à contratação futura. Construído a partir das respostas dos empresários baianos em relação aos planos de contratar, manter ou encerrar vagas, o Indicador de Expectativas para Emprego (IEE) tem sido negativo desde dezembro de 2013. O segundo trimestre (abril: -144 pontos; maio: -206 pontos; e junho: -198 pontos) não exibiu qualquer movimento de recuperação, como aquele delineado de março a outubro de 2016. No entanto, com o melhor indicador desde abril de 2014, o IEE atingiu um nível menos pessimista que o de trimestres anteriores – alimentando as esperanças pela retomada das contratações no curto prazo.

A diminuição do pessimismo, no entanto, não se deu de forma generalizada (Gráfico 6). Entre os setores, em relação ao término do trimestre antecedente, a atividade fabril indicou aumento do pessimismo quanto ao emprego. A Agropecuária, os Serviços e o Comércio atenuaram o desânimo ao fim do trimestre mais recente. A Agropecuária terminou com o melhor dos indicadores pela quarta vez no ano. O segmento de Serviços, por outro lado, chegou ao fim do trimestre com o pior dos indicadores para emprego. No ano, foi a quinta vez que o cenário projetado por este setor, no quesito emprego, assumiu o resultado mais pessimista. O Comércio, por sua vez, o setor com a maior variação positiva no intervalo entre os últimos meses de cada trimestre.

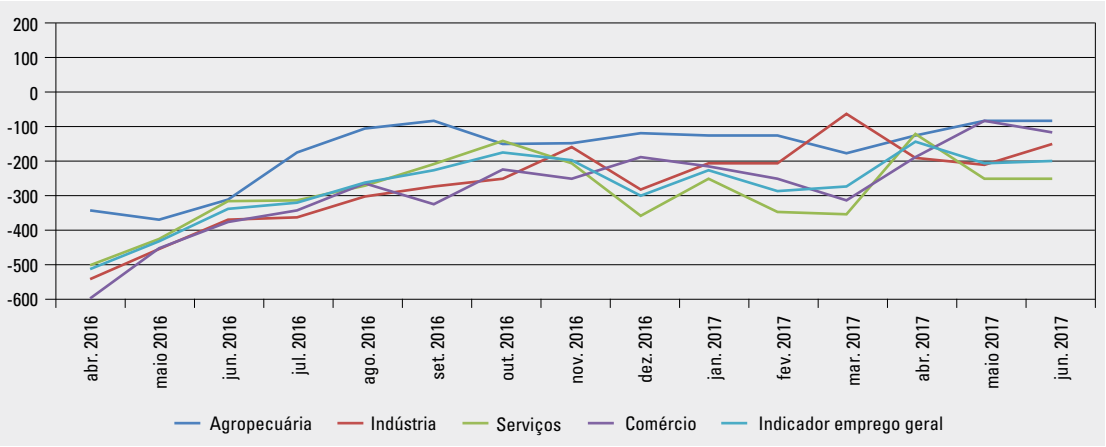


Gráfico 6
Evolução do Indicador de Expectativas para Emprego por setor de atividade – Bahia – Abr. 2016-jun. 2017

Fonte: SEI/Dipeq/Copes, 2017.

Analisando-se o nível esperado de contratação para os 12 meses posteriores ao segundo trimestre de 2017, 47,8% dos empresários planejam manter a quantidade atual de trabalhadores; 41,1% dos entrevistados afirmaram que pretendem promover o desligamento de empregados; e apenas 11,2% cogitaram a possibilidade de contratar.

Num contexto temporal mais amplo, os sinais voltam a ser de esperança. Conforme o Gráfico 7, o intento, por parte do setor produtivo baiano, de reduzir o quadro de funcionários, após a interrupção do movimento de queda no trimestre anterior, voltou a diminuir – atingindo estágio próximo ao de três anos atrás. Em paralelo, tanto o fito de admitir quanto o de manter trabalhadores progrediram após um trimestre de retrocesso, com ambos alcançando seus maiores percentuais desde 2014.

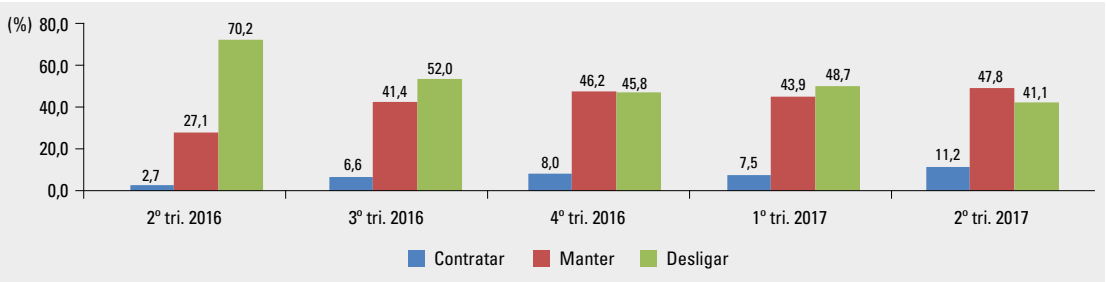


Gráfico 7
Percentual de respostas quanto ao quesito emprego por trimestre – Bahia – 2º tri. 2016-2º tri. 2017

Fonte: SEI/Dipeq/Copes, 2017.

Projeção do emprego formal

Segundo a projeção realizada pela SEI, o mercado de trabalho baiano seguirá seu processo de recuperação no terceiro trimestre de 2017, com surgimento previsto de 2.214 postos[3]. Se tal expectativa se confirmar, o saldo de empregos com carteira assinada na Bahia, no trimestre em questão, mesmo positivo e quebrando a sequência de dois registros negativos, representará o terceiro menor registro para o período desde 2006. Até então, os menores saldos num terceiro trimestre ocorreram nos anos de 2015 e 2016, quando foram eliminados 17.989 e 8.711 vínculos de trabalho com carteira assinada, respectivamente.

A geração de empregos com carteira assinada esperada para o terceiro trimestre do ano está sendo influenciada, principalmente, pelo comportamento dos setores de Indústria de Transformação (+2.129 empregos celetistas), Construção Civil (+1.126 postos) e Serviços (+571 oportunidades). Por outro lado, os setores de Agropecuária (-2.354 postos) e Extrativa Mineral (-52 empregos celetistas) deverão registrar saldo negativo. As demais projeções podem ser visualizadas na tabela abaixo.

Tabela 5
Projeção do saldo de empregos formais por setor de atividade econômica – Bahia – 3º tri. 2017

Setor de atividade econômica	Saldo projetado
Extrativa Mineral	-52
Indústria de Transformação	2.129
Serviços Industriais de Utilidade Pública	438
Construção Civil	1.126
Comércio	96
Serviços	571
Administração Pública	260
Agropecuária, Ext. Vegetal, Caça e Pesca	-2.354
Total	**2.214**

Fonte: SEI/Dipeq/Copes, 2017.

A projeção feita pela SEI, com geração de 2.214 vínculos formais para o próximo trimestre, juntamente com outros vetores de regularidade econômica no estado, além dos últimos dados de fluxos do Caged e das informações provenientes da PNADC e PEDRMS, ajudam a amparar o sentimento de que o pior ficou para trás e a alimentar as esperanças de uma retomada consolidada do emprego na Bahia para o futuro, mas não no curto prazo. Além do mais, mesmo com os níveis de confiança do empresariado local ainda baixos, o pessimismo se mostra cada vez menor. Por fim, os sinais de que as condições para o retorno da vitalidade do mercado de trabalho baiano estejam se formando começam a ficar mais claros.

3 A projeção feita pela SEI se utilizou de dados atualizados até junho de 2017.

Tabela 1A
Estimativas da População Total e Economicamente Ativa e dos Inativos Maiores de 10 Anos, Taxas Globais de Participação e de Desemprego Total
Região Metropolitana de Salvador – 2010-2017

Trimestres	População economicamente ativa						Inativos maiores de 10 anos		Taxas (%)		População Total (1)
	Total		Ocupados		Desempregados						
	Números absolutos (1)	Índice (2)	Números absolutos (1)	Índice (2)	Números absolutos (1)	Índice (2)	Números absolutos (1)	Índice (2)	Participação (pea/pia)	Desemprego total (des/pea)	
1º tri. 2010	1.722	115,0	1.379	125,5	343	86,2	1.226	128,0	58,4	19,9	3.424
2º tri. 2010	1.724	115,2	1.436	130,7	288	72,4	1.238	129,2	58,2	16,7	3.436
3º tri. 2010	1.728	115,4	1.448	131,8	280	70,4	1.246	130,1	58,1	16,2	3.447
4º tri. 2010	1.745	116,6	1.504	136,9	241	60,6	1.243	129,7	58,4	13,8	3.459
1º tri. 2011	1.687	112,7	1.422	129,4	265	66,6	1.315	137,3	56,2	15,7	3.470
2º tri. 2011	1.683	112,4	1.422	129,4	261	65,6	1.333	139,1	55,8	15,5	3.482
3º tri. 2011	1.727	115,4	1.454	132,3	273	68,6	1.302	135,9	57,0	15,8	3.494
4º tri. 2011	1.722	115,0	1.479	134,6	243	61,1	1.320	137,8	56,6	14,1	3.505
1º tri. 2012	1.788	119,4	1.479	134,6	309	77,6	1.268	132,4	58,5	17,3	3.517
2º tri. 2012	1.824	121,8	1.498	136,3	326	81,9	1.247	130,2	59,4	17,9	3.529
3º tri. 2012	1.884	125,9	1.526	138,9	358	89,9	1.200	125,3	61,1	19,0	3.541
4º tri. 2012	1.865	124,6	1.555	141,5	310	77,9	1.233	128,7	60,2	16,6	3.553
1º tri. 2013	1.873	125,1	1.504	136,9	369	92,7	1.239	129,3	60,2	19,7	3.565
2º tri. 2013	1.822	121,7	1.474	134,1	348	87,4	1.304	136,1	58,3	19,1	3.577
3º tri. 2013	1.893	126,5	1.556	141,6	337	84,7	1.247	130,2	60,3	17,8	3.589
4º tri. 2013	1.864	124,5	1.549	140,9	315	79,1	1.290	134,7	59,1	16,9	3.601
1º tri. 2014	1.882	125,7	1.549	140,9	333	83,7	1.286	134,2	59,4	17,7	3.613
2º tri. 2014	1.881	125,7	1.539	140,0	342	85,9	1.302	135,9	59,1	18,2	3.625
3º tri. 2014	1.857	124,0	1.532	139,4	325	81,7	1.340	139,9	58,1	17,5	3.637
4º tri. 2014	1.869	124,8	1.564	142,3	305	76,6	1.342	140,1	58,2	16,3	3.649
1º tri. 2015	1.845	123,2	1.526	138,9	319	80,2	1.381	144,2	57,2	17,3	3.662
2º tri. 2015	1.828	122,1	1.499	136,4	329	82,7	1.413	147,5	56,4	18,0	3.674
3º tri. 2015	1.826	122,0	1.472	133,9	354	88,9	1.429	149,2	56,1	19,4	3.686
4º tri. 2015	1.893	126,5	1.516	137,9	377	94,7	1.376	143,6	57,9	19,9	3.699
1º tri. 2016	1.852	123,7	1.457	132,6	395	99,2	1.432	149,5	56,4	21,3	3.711
2º tri. 2016	1.874	125,2	1.409	128,2	465	116,8	1.425	148,7	56,8	24,8	3.724
3º tri. 2016	1.932	129,1	1.439	130,9	493	123,9	1.382	144,3	58,3	25,5	3.736
4º tri. 2016	1.921	128,3	1.437	130,8	484	121,6	1.408	147,0	57,7	25,2	3.749
1º tri. 2017	1.933	129,1	1.471	133,8	462	116,1	1.411	147,3	57,8	23,9	3.761
2º tri. 2017	1.932	129,1	1.451	132,0	481	120,9	1.428	149,1	57,5	24,9	3.774
Variação (%) 2º tri. 2017/ 1º tri. 2017		-0,1		-1,4		4,1		1,2	-0,5	4,2	0,3
Variação (%) 2º tri. 2017/ 2º tri. 2016		3,1		3,0		3,4		0,2	1,2	0,4	1,3

Fonte: PEDRMS – Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTb/FAT.
(1) Em 1000 pessoas.
(2) Base: média de 2000 = 100.
Nota: Projeções populacionais ajustadas com base no Censo de 2010. Ver nota técnica nº 8.

Tabela 2A
Taxas de desemprego, por tipo de desemprego – Região Metropolitana de Salvador – 2010-2017

Em porcentagem

Trimestres	Total	Aberto	Oculto		
			Total	Precário	Desalento
1º tri. 2010	19,9	12,4	7,5	5,0	2,5
2º tri. 2010	16,7	11,3	5,3	3,8	1,6
3º tri. 2010	16,2	10,7	5,5	3,7	1,8
4º tri. 2010	13,8	9,8	4,0	2,8	(1)
1º tri. 2011	15,7	10,0	5,7	3,6	2,0
2º tri. 2011	15,5	10,4	5,1	3,6	1,5
3º tri. 2011	15,8	11,3	4,5	3,3	(1)
4º tri. 2011	14,1	9,8	4,3	3,2	(1)
1º tri. 2012	17,3	11,7	5,6	4,3	1,3
2º tri. 2012	17,9	12,2	5,7	4,2	1,5
3º tri. 2012	19,0	13,1	5,9	4,6	1,3
4º tri. 2012	16,6	11,4	5,2	4,3	(1)
1º tri. 2013	19,7	13,4	6,3	5,0	1,3
2º tri. 2013	19,1	14,1	5,0	3,9	(1)
3º tri. 2013	17,8	12,8	5,0	4,0	(1)
4º tri. 2013	16,9	12,4	4,5	3,7	(1)
1º tri. 2014	17,7	12,8	4,9	4,2	(1)
2º tri. 2014	18,2	13,3	4,8	4,2	(1)
3º tri. 2014	17,5	12,8	4,7	3,9	(1)
4º tri. 2014	16,3	11,3	5,0	4,3	(1)
1º tri. 2015	17,3	12,3	5,1	4,4	(1)
2º tri. 2015	18,0	13,8	4,2	3,6	(1)
3º tri. 2015	19,4	14,2	5,2	4,6	(1)
4º tri. 2015	19,9	14,3	5,6	4,9	(1)
1º tri. 2016	21,3	15,2	6,1	5,5	(1)
2º tri. 2016	24,8	17,8	7,0	6,4	(1)
3º tri. 2016	25,5	18,0	7,5	6,5	(1)
4º tri. 2016	25,2	17,6	7,5	6,6	(1)
1º tri. 2017	23,9	16,5	7,5	6,7	(1)
2º tri. 2017	24,9	17,3	7,6	6,8	(1)
Variação (%) 2º tri. 2017/ 1º tri. 2017	4,2	4,8	1,3	1,5	(1)
Variação (%) 2º tri. 2017/ 2º tri. 2016	0,4	-2,8	8,6	6,3	(1)

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTb/FAT).
(1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Tabela 3A
Estimativas e Índices do Nível de Ocupação, por Setor de Atividade – Região Metropolitana de Salvador - 2011-2017

Trimestres	Estimativas e índices do nível de ocupação, por setor de atividade									
	Total (1)		Indústria de transformação (2)		Construção (3)		Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas (4)		Serviços (5)	
	Números absolutos (6)	Índices (7)	Números absolutos (6)	Índices (7)	Números absolutos (6)	Índices (7)	Números absolutos (6)	Índices (7)	Números absolutos (6)	Índices (7)
1º tri. 2011	1.422	98,6	128	98,5	129	97,0	262	95,3	865	100,1
2º tri. 2011	1.422	98,6	132	101,5	127	95,5	262	95,3	855	99,0
3º tri. 2011	1.454	100,8	124	95,4	134	100,8	286	104,0	874	101,2
4º tri. 2011	1.479	102,6	136	104,6	141	106,0	293	106,5	871	100,8
1º tri. 2012	1.479	102,6	123	94,6	146	109,8	282	102,5	884	102,3
2º tri. 2012	1.498	103,9	135	103,8	147	110,5	288	104,7	888	102,8
3º tri. 2012	1.526	105,8	131	100,8	134	100,8	291	105,8	926	107,2
4º tri. 2012	1.555	107,8	137	105,4	149	112,0	295	107,3	935	108,2
1º tri. 2013	1.504	104,3	123	94,6	138	103,8	308	112,0	890	103,0
2º tri. 2013	1.474	102,2	131	100,8	139	104,5	273	99,3	889	102,9
3º tri. 2013	1.556	107,9	129	99,2	146	109,8	303	110,2	935	108,2
4º tri. 2013	1.549	107,4	136	104,6	156	117,3	301	109,5	917	106,1
1º tri. 2014	1.549	107,4	124	95,4	158	118,8	308	112,0	925	107,1
2º tri. 2014	1.539	106,7	134	103,1	155	116,5	299	108,7	914	105,8
3º tri. 2014	1.532	106,2	121	93,1	150	112,8	280	101,8	945	109,4
4º tri. 2014	1.564	108,5	124	95,4	152	114,3	311	113,1	945	109,4
1º tri. 2015	1.526	105,8	137	105,4	130	97,7	285	103,6	948	109,7
2º tri. 2015	1.499	104,0	129	99,2	121	91,0	297	108,0	922	106,7
3º tri. 2015	1.472	102,1	113	86,9	125	94,0	290	105,5	919	106,4
4º tri. 2015	1.516	105,1	112	86,2	126	94,7	279	101,5	972	112,5
1º tri. 2016	1.457	101,0	109	83,8	122	91,7	278	101,1	921	106,6
2º tri. 2016	1.409	97,7	104	80,0	107	80,5	278	101,1	893	103,4
3º tri. 2016	1.439	99,8	114	87,7	108	81,2	288	104,7	899	104,1
4º tri. 2016	1.437	99,7	103	79,2	115	86,5	277	100,7	914	105,8
1º tri. 2017	1.471	102,0	109	83,8	99	74,4	290	105,5	946	109,5
2º tri. 2017	1.451	100,6	99	76,2	110	82,7	268	97,5	946	109,5
Variação (%) 2º tri. 2017/ 1º tri. 2017		-1,4		-9,2		11,1		-7,6		0,0
Variação (%) 2º tri. 2017/ 2º tri. 2016		3,0		-4,8		2,8		-3,6		5,9

Fonte: PEDRMS – Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTb/FAT.
(-) Dados não disponíveis. A captação da CNAE 2.0 domiciliar na PED iniciou-se em novembro de 2010.
(1) Inclui agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura (Seção A); indústrias extrativas (Seção B); eletricidade e gás (Seção D); água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação (Seção E); organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais (Seção U); atividades mal definidas (Seção V). As seções mencionadas referem-se à CNAE 2.0 domiciliar.
(2) Seção C da CNAE 2.0 domiciliar.
(3) Seção F da CNAE 2.0 domiciliar.
(4) Seção G da CNAE 2.0 domiciliar.
(5) Seções H a T da CNAE 2.0 domiciliar.
(6) Em 1.000 pessoas.
(7) Base: média de 2011 = 100.
Nota: A captação da CNAE 2.0 domiciliar na PED iniciou-se em novembro de 2010. Vide nota técnica nº 01/2012.

Tabela 4A
Estimativas e Índices do Nível de Ocupação, por Posição na Ocupação – Região Metropolitana de Salvador – 2010-2017

Trimestres	Total (1)		Assalariados (2)										Autônomos		Empregados domésticos	
			Total		Setor privado						Setor público (3)					
					Total		Com carteira assinada		Sem carteira assinada							
	Números absolutos (4)	Índices (5)	Números absolutos (4)	Índices (5)	Números absolutos (4)	Índices (5)	Números absolutos (4)	Índices (5)	Números absolutos (4)	Índices (5)	Números absolutos (4)	Índices (5)	Números absolutos (4)	Índices (5)	Números absolutos (4)	Índices (5)
1º tri. 2010	1.379	125,5	923	140,5	740	148,9	610	167,6	130	97,7	183	114,4	284	115,0	101	87,8
2º tri. 2010	1.436	130,7	965	146,9	764	153,7	648	178,0	116	87,2	201	125,6	279	113,0	108	93,9
3º tri. 2010	1.448	131,8	972	147,9	760	152,9	630	173,1	130	97,7	210	131,3	294	119,0	109	94,8
4º tri. 2010	1.504	136,9	1.009	153,6	800	161,0	669	183,8	131	98,5	208	130,0	314	127,1	104	90,4
1º tri. 2011	1.422	129,4	947	144,1	762	153,3	644	176,9	118	88,7	183	114,4	299	121,1	112	97,4
2º tri. 2011	1.422	129,4	974	148,2	799	160,8	685	188,2	114	85,7	173	108,1	282	114,2	112	97,4
3º tri. 2011	1.454	132,3	960	146,1	795	160,0	680	186,8	115	86,5	164	102,5	314	127,1	124	107,8
4º tri. 2011	1.479	134,6	979	149,0	828	166,6	707	194,2	121	91,0	151	94,4	308	124,7	127	110,4
1º tri. 2012	1.479	134,6	991	150,8	834	167,8	711	195,3	123	92,5	154	96,3	305	123,5	129	112,2
2º tri. 2012	1.498	136,3	1.014	154,3	870	175,1	750	206,0	120	90,2	142	88,8	304	123,1	127	110,4
3º tri. 2012	1.526	138,9	1.016	154,6	862	173,4	732	201,1	130	97,7	154	96,3	325	131,6	125	108,7
4º tri. 2012	1.555	141,5	1.064	161,9	900	181,1	774	212,6	126	94,7	165	103,1	306	123,9	123	107,0
1º tri. 2013	1.504	136,9	1.023	155,7	880	177,1	761	209,1	119	89,5	141	88,1	298	120,6	123	107,0
2º tri. 2013	1.474	134,1	996	151,6	859	172,8	746	204,9	113	85,0	137	85,6	307	124,3	124	107,8
3º tri. 2013	1.556	141,6	1.046	159,2	896	180,3	767	210,7	129	97,0	148	92,5	322	130,4	123	107,0
4º tri. 2013	1.549	140,9	1.061	161,5	907	182,5	795	218,4	112	84,2	155	96,9	296	119,8	124	107,8
1º tri. 2014	1.549	140,9	1.063	161,8	923	185,7	793	217,9	130	97,7	141	88,1	290	117,4	129	112,2
2º tri. 2014	1.539	140,0	1.065	162,1	917	184,5	805	221,2	112	84,2	148	92,5	282	114,2	119	103,5
3º tri. 2014	1.532	139,4	1.040	158,3	887	178,5	778	213,7	109	82,0	152	95,0	296	119,8	132	114,8
4º tri. 2014	1.564	142,3	1.074	163,5	929	186,9	816	224,2	113	85,0	145	90,6	296	119,8	127	110,4
1º tri. 2015	1.526	138,9	1.067	162,4	914	183,9	812	223,1	102	76,7	153	95,6	278	112,6	114	99,1
2º tri. 2015	1.499	136,4	1.027	156,3	878	176,7	787	216,2	91	68,4	148	92,5	268	108,5	118	102,6
3º tri. 2015	1.472	133,9	998	151,9	864	173,8	755	207,4	109	82,0	132	82,5	287	116,2	116	100,9
4º tri. 2015	1.516	137,9	1.052	160,1	892	179,5	781	214,6	111	83,5	161	100,6	273	110,5	121	105,2
1º tri. 2016	1.457	132,6	1.002	152,5	877	176,5	784	215,4	93	69,9	125	78,1	267	108,1	115	100,0
2º tri. 2016	1.409	128,2	958	145,8	829	166,8	730	200,5	99	74,4	128	80,0	255	103,2	118	102,6
3º tri. 2016	1.439	130,9	979	149,0	839	168,8	740	203,3	99	74,4	140	87,5	273	110,5	114	99,1
4º tri. 2016	1.437	130,8	954	145,2	835	168,0	736	202,2	99	74,4	121	75,6	280	113,4	126	109,6
1º tri. 2017	1.471	133,8	974	148,2	847	170,4	741	203,6	106	79,7	127	79,4	287	116,2	116	100,9
2º tri. 2017	1.451	132,0	952	144,9	821	165,2	730	200,5	91	68,4	129	80,6	305	123,5	118	102,6
Variação (%) 2º tri. 2017/ 1º tri. 2017		-1,4		-2,3		-3,1		-1,5		-14,2		1,6		6,3		1,7
Variação (%) 2º tri. 2017/ 2º tri. 2016		3,0		-0,6		-1,0		0,0		-8,1		0,8		19,6		0,0

Fonte: PEDRMS – Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTb/FAT.
(1) Incluem empregadores, donos de negócio familiar, trabalhadores familiares sem remuneração, profissionais liberais e outras posições ocupacionais.
(2) Excluem os empregados domésticos e incluem aqueles que não sabem a que setor pertence a empresa em que trabalham.
(3) Incluem os estatutários e celetistas que trabalham em instituições públicas (governos municipal, estadual, federal, empresa de economia mista, autarquia, fundação, etc.).
(4) Em 1000 pessoas.
(5) Base: média de 2000 = 100.

Tabela 5A
Índices Trimestrais do Emprego, do Rendimento Médio Real e da Massa de Rendimentos Reais dos Ocupados e dos Assalariados (1) – Região Metropolitana de Salvador – 2010-2017

Base: média de 2000 = 100

Trimestres	Ocupados (2)			Assalariados (3)		
	Emprego	Rendimento médio real	Massa de rendimentos reais	Emprego	Salário médio real	Massa salarial real
1º tri. 2010	125,5	109,8	137,7	140,5	108,2	152,0
2º tri. 2010	130,7	111,0	145,0	146,9	108,2	158,9
3º tri. 2010	131,8	111,6	147,0	147,9	109,1	161,4
4º tri. 2010	136,9	110,7	151,5	153,6	108,8	167,1
1º tri. 2011	129,4	102,4	132,5	144,1	101,1	145,8
2º tri. 2011	129,4	104,1	134,7	148,2	103,6	153,7
3º tri. 2011	132,3	95,3	126,1	146,1	94,4	138,0
4º tri. 2011	134,6	96,7	130,2	149,0	96,8	144,3
1º tri. 2012	134,6	97,7	131,5	150,8	97,4	146,9
2º tri. 2012	136,3	96,2	131,1	154,3	95,0	146,6
3º tri. 2012	138,9	97,4	135,3	154,6	96,3	148,9
4º tri. 2012	141,5	98,9	140,0	161,9	97,7	158,2
1º tri. 2013	136,9	96,9	132,6	155,7	95,8	149,2
2º tri. 2013	134,1	100,7	135,1	151,6	100,2	152,0
3º tri. 2013	141,6	100,0	141,6	159,2	98,7	157,2
4º tri. 2013	140,9	105,1	148,1	161,5	101,4	163,8
1º tri. 2014	140,9	101,7	143,4	161,8	99,0	160,1
2º tri. 2014	140,0	102,7	143,7	162,1	100,8	163,4
3º tri. 2014	139,4	102,6	143,0	158,3	100,0	158,3
4º tri. 2014	142,3	104,9	149,2	163,5	101,8	166,4
1º tri. 2015	138,9	102,5	142,3	162,4	98,0	159,2
2º tri. 2015	136,4	99,2	135,2	156,3	95,4	149,1
3º tri. 2015	133,9	95,6	128,0	151,9	93,7	142,3
4º tri. 2015	137,9	96,4	132,9	160,1	92,6	148,3
1º tri. 2016	132,6	90,7	120,3	152,5	86,9	132,5
2º tri. 2016	128,2	90,5	116,0	145,8	87,5	127,6
3º tri. 2016	130,9	92,8	121,5	149,0	89,9	134,0
4º tri. 2016	130,8	91,6	119,7	145,2	87,6	127,2
1º tri. 2017	133,8	97,9	131,0	148,2	92,3	136,9
Maio	133,0	100,0	133,0	147,5	96,1	141,7
Variação (%) Maio-2017/ 1º tri. 2017	-0,6	2,2	1,6	-0,5	4,1	3,5
Variação (%) Maio-2017/ 2º tri. 2016	3,8	10,5	14,7	1,1	9,8	11,1

Fonte: PEDRMS – Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTb/FAT.
(1) Inflator utilizado: IPC - SEI.
(2) Incluem os ocupados que não tiveram remuneração no mês e excluem os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício.
(3) Incluem os assalariados que não tiveram remuneração no mês.

NOTAS METODOLÓGICAS

PESQUISA DE CONFIANÇA DO EMPRESARIADO BAIANO

A fim de monitorar o nível de confiança do setor produtivo do estado mensalmente, a Pesquisa de Confiança do Empresário Baiano efetua a produção contínua e sistemática de indicadores. O principal deles é o ICEB, Indicador de Confiança do Empresariado Baiano.

Realizada diretamente com federações, associações e sindicatos patronais representativos dos segmentos empresariais do Estado, a técnica de coleta utiliza um questionário com doze perguntas de cunho qualitativo e que versam sobre temas relacionados ao contexto macroeconômico (Inflação, Juros, PIB Nacional e PIB Estadual) e ao desempenho das empresas (Vendas, Crédito, Câmbio, Capacidade Produtiva, Situação Financeira, Emprego, Exportação e Abertura de Unidades).

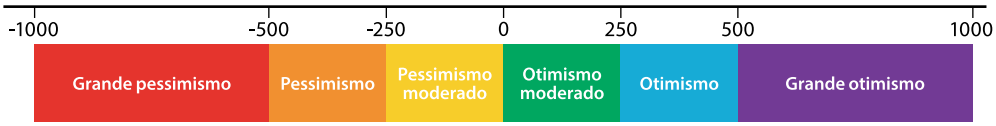
Fruto de uma amostragem não-probabilística intencional, a Pesquisa conta, atualmente, com mais de cem entidades representativas dos setores produtivos do estado. A cobertura setorial da Pesquisa abrange quatro setores: Agropecuária; Indústria; Serviços; e Comércio.

Para chegar ao indicador geral é necessário, primeiramente, mensurar as respostas qualitativas do questionário. Atribui-se valor 1.000 para a resposta mais otimista; 500 para a resposta confiante; zero para a intermediária; -500 para aquela não confiante; e -1.000 para a mais pessimista. Desta maneira, é possível calcular indicadores por questão, tema e setor, sendo o ICEB fruto de uma média dos indicadores de confiança setoriais ponderados pelo valor adicionado de cada atividade no PIB.

O valor do ICEB e dos demais indicadores podem variar de -1.000 a 1.000. Dentro desse intervalo, quanto mais próximo de -1.000, maior o pessimismo associado. Em sentido contrário, mais perto de 1.000, maior o otimismo. O zero pode ser interpretado como ponto de indiferença.

Para efeitos ilustrativos, a Pesquisa trabalha com uma escala de grau de otimismo dividida em intervalos, a qual possibilita classificar o resultado conforme seu enquadramento: *Grande Pessimismo*, de -1.000 a -500; *Pessimismo,* de -500 a -250; *Pessimismo Moderado,* de -250 a zero; *Otimismo Moderado,* de zero a 250; *Otimismo,* de 250 a 500; e *Grande Otimismo,* de 500 a 1.000. Os valores de fronteira pertencem à zona imediatamente anterior, com o zero como ponto de orientação.

Escala do ICEB



PROJEÇÕES DO MERCADO DE TRABALHO FORMAL

As projeções do mercado de trabalho formal são construídas com base na metodologia de séries temporais. As estimativas são feitas para o número de admitidos e de desligados de cada um dos oito setores de atividade econômica. O saldo previsto para cada segmento será a diferença entre as admissões e os desligamentos projetados. O saldo geral, enfim, será o somatório dos saldos supostos para cada atividade.

O tratamento dado a determinado setor no processo de previsão depende de o mesmo ser considerado de menor ou maior impacto na dinâmica do mercado de trabalho local. O grupo de menor influência incorpora as atividades de Extrativa Mineral, Serviços Industriais de Utilidade Pública e Administração Pública. O de maior peso engloba Indústria de Transformação, Construção Civil, Comércio, Serviços e Agropecuária.

As séries do número de admissões e de desligamentos do setor, obtidas pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), são incluídas no procedimento de projeção independentemente do peso do segmento. O uso de variáveis explicativas, no entanto, somente ocorre para aquelas atividades apontadas como de maior impacto.

Para conceber tais previsões são utilizados o algoritmo de alisamento exponencial de Holt-Winters e a metodologia de Box-Jenkins com os modelos sazonais auto regressivos integrados de médias móveis (SARIMA) e sua extensão (SARIMAX). A adoção do modelo SARIMAX é para permitir a inclusão de variáveis explicativas.

SEI
SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA

SECRETARIA DO
PLANEJAMENTO

BAHIA
GOVERNO DO ESTADO